



Câmara Municipal
Jundiaí
SÃO PAULO

00300.045843/2019-25
02010210 (2/501e)

Of. PR/DL 80/2019

Jundiaí, em 19 de março de 2019

Exmo. Sr.
Presidente do Senado Federal
Davi Alcolumbre
Brasília - DF

Junte-se ao processado do
PLS
nº 274, de 2016
Em 22 / 4 / 19

Sen. Izalci Lucas

Encaminho, por cópia anexa, a MOÇÃO N.º 188 de autoria dos Vereadores Antonio Carlos Albino e Douglas Medeiros, aprovada na 95.ª Sessão Ordinária, nesta data.

Grato pela gentil atenção, apresento respeitosas saudações.


FAOUÁZ TAÇA
Presidente





MOÇÃO Nº 188

APELO ao Presidente do Senado Federal, David Alcolumbre, para que desarchive e retome o trâmite do Projeto de lei 274/2016, do ex-Senador Cássio Cunha Lima, sobre obrigatoriedade de contratação de seguro-garantia pelo tomador em favor da Administração Pública.

APRESENTADA

Favry Solb
Presidente

07-03-2019

APPROVADO

Favry Solb
Presidente

19/03/2019

A Operação Lava-Jato demonstrou ser inviável o “modelo de negócios” praticado entre o Poder Público e as empreiteiras, abrindo os olhos da sociedade brasileira para a situação perniciosa de que a corrupção está alicerçada nos contratos de construção de obras públicas, e exigindo nessas contratações posturas transparentes essenciais no combate à corrupção – como o “performance bond”.

Dentre as modalidades de seguro-garantia previstas no ordenamento jurídico destaca-se o “performance bond”, mecanismo que elimina a relação direta entre os agentes da Administração Pública e as empreiteiras ao colocar uma seguradora para intermediar tal relação. Essa relação tripartite cria “conflito” salutar entre as partes, a saber: celebrado o contrato entre a seguradora e a empreiteira, é a primeira que passa a se reportar aos agentes da Administração Pública. Como o lucro da seguradora depende de que a obra seja realizada nos prazos corretos, sem aditamentos nem atrasos nem falta de qualidade, a seguradora fiscaliza o trabalho de perto e com rigor, atuando como um cão de guarda para garantir que a empreiteira cumpra prazos e preços estabelecidos.

Nesse sentido, é positivo e importante que ocorra o desarquivamento e a retomada do trâmite no Congresso Nacional, do Projeto de lei 274/2016, do ex-Senador Cássio Cunha Lima, sobre obrigatoriedade de contratação de seguro-garantia pelo tomador em favor da Administração Pública. A obrigatoriedade da “performance bond” com cobertura de 100% do valor contratado tem todas as condições de encerrar de vez o histórico relacionamento pernicioso entre a Administração Pública e as construtoras, encerrando de vez a corrupção entranhada nesse setor e pondo fim a triste capítulo de nossa história.

APRESENTAMOS portanto à Mesa, na forma regimental, para apreciação do Plenário, esta Moção de APELO ao Presidente do Senado Federal, para que desarchive e retome o trâmite do Projeto de lei 274/2016, do ex-Senador Cássio Cunha Lima, sobre obrigatoriedade de contratação de seguro-garantia pelo tomador em favor da Administração Pública. Dê-se ciência a: 1. Presidente da República; 2. Presidente do Senado Federal; 3. Presidente da Câmara dos Deputados; 4. Ministro da Economia; 5. Ministro da Justiça e Segurança Pública; 6. Deputado federal Enrico Van Blarcum de Graaff Misasi.

Sala das Sessões, 07-03-2019.

Douglas Medeiros
DOUGLAS MEDEIROS

Antonio Carlos Albino
ANTONIO CARLOS ALBINO (ALBINO)



Brasília, 10 de abril de 2019.

Senhor Faouaz Taha, Presidente da Câmara Municipal de
Jundiaí – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Of. PR/DL 80/2019, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 274 de 2016, que *“Dispõe sobre o seguro garantia de execução de contrato na modalidade seguro setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 para estabelecer o limite de cobertura do seguro garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato, além de prever outras providências”*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126365>.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

